

Dr. David A. DeSilva,

2 Pedro e Judas

Sessão 2

Nesta próxima seção, o autor expressa seus objetivos para a carta em geral e a razão por trás de sua urgência. O público ouve o apóstolo Pedro falando sobre seu desejo de fornecer um recurso perpétuo para eles, um lembrete de certas facetas-chave do evangelho apostólico, a fé que receberam, para servir como um recurso que os manterá no caminho certo após sua morte e, portanto, sua indisponibilidade para fazê-lo pessoalmente. Por essa razão, continuarei lembrando-os dessas coisas, mesmo que vocês as conheçam e estejam firmemente estabelecidos na verdade que lhes foi dada.

Considero, porém, justo, enquanto estou neste tabernáculo, despertar-vos com uma advertência, sabendo que brevemente me aproximarei de deixar o meu tabernáculo, como nosso Senhor Jesus Cristo me revelou. Assim, esforçar-me-ei em todas as ocasiões para que tenhais lembrança destas coisas depois da minha partida. Esta passagem fornece duas reminiscências da vida de Pedro.

Não está claro se o autor espera que os ouvintes pensem em uma tradição como a encontrada em João 21, na qual Jesus, após sua ressurreição, fala sobre a execução final de Pedro, ou se o autor ou o próprio Pedro tiveram uma revelação diferente de Cristo, no espírito, sobre sua morte iminente. Em ambos os casos, o conteúdo da carta atual assume maior gravidade como a última palestra, por assim dizer, do grande apóstolo às igrejas que ele deixa para trás. E esta última palestra visa, em grande parte, assegurar aos ouvintes a certeza da convicção do retorno de Cristo e dos julgamentos de Deus contra as revisões que certos céticos pretendem introduzir na fé cristã.

Uma das principais razões pelas quais o testemunho apostólico sobre a fé deve ser acolhido e retido diante dos desafios dos inovadores é que ele se baseia na experiência de testemunhas oculares da intervenção de Deus no mundo em Jesus Cristo, e não na inventividade humana. Isso nos leva à segunda reminiscência, muito mais bem desenvolvida. Pois não vos fizemos conhecer o poder e a aparição de nosso Senhor Jesus Cristo seguindo fábulas engenhosamente inventadas, mas porque fomos testemunhas oculares da sua magnificência.

Pois, ao receber honra e glória de Deus Pai, uma voz lhe foi transmitida de tão majestosa glória: Este é meu Filho, meu amado, em quem me comprazo. Ouvimos essa voz vinda do céu quando estávamos com ele no monte santo, e temos tanto mais confirmada a palavra profética, à qual bem fareis em estar atentos, como a uma luz que brilha em lugar escuro, até que o dia amanheça e a estrela da alva nasça em vossos corações. O autor se refere aqui ao estranho evento chamado transfiguração, conhecido nos evangelhos sinóticos de Marcos 9:2 e seguintes, Mateus 7:1 e seguintes, e Lucas 9:28 e seguintes.

Caso o episódio precise de uma atualização, compartilho uma versão resumida do relato de Marcos. Jesus levou consigo Pedro, Tiago e João e os conduziu a um alto monte, à parte, a sós, e foi transfigurado diante deles, e suas vestes tornaram-se de um branco deslumbrante,

tal que ninguém na terra as poderia branquear. E apareceram-lhes Elias com Moisés, que conversavam com Jesus.

Então uma nuvem os envolveu, e dela saiu uma voz: Este é o meu Filho amado; a ele ouvi. De repente, olhando ao redor, não viram mais ninguém com eles, a não ser Jesus. Enquanto desciam do monte, ele ordenou que não contassem a ninguém o que tinham visto, até que o Filho do Homem ressuscitasse dos mortos.

Primeiro, o autor de Segunda Pedro apresenta sua narrativa sobre a transfiguração como testemunho ocular. No livro de Aristóteles sobre argumentação eficaz, Aristóteles afirmou que as provas mais fortes que se poderia oferecer eram aquelas que o orador não precisava inventar. Testemunhos oculares, juramentos e documentos escritos se enquadram nessa categoria de provas fortes.

O testemunho ocular de Pedro aqui fala da glória com a qual Deus investiu Jesus. Junto com Tiago e João, Pedro vislumbrou a glória que Jesus, o Filho eterno, teve com o Pai antes de sua encarnação. Ele vislumbrou a glória que Jesus teria não apenas no além de sua ressurreição, mas também no além de sua ascensão e, finalmente, em sua volta como Senhor e Juiz.

Este era o Cristo glorificado que Paulo encontraria ao partir para Damasco para perseguir o culto a Jesus, que ele acreditava estar minando a lealdade à aliança de Israel. Este era o Cristo glorificado que João veria na ilha de Patmos ao vivenciar as experiências visionárias que eventualmente produziram o livro do Apocalipse. O autor relembra a transfiguração como evidência de que Deus investiu Jesus com honra e glória distintas, uma frase que evoca o Salmo 8, versículos 5 e 6: "Tu o coroas de glória e honra".

Tu puseste todas as coisas debaixo dos seus pés. O Salmo 8 foi originalmente entendido como uma celebração dos incríveis privilégios concedidos à humanidade na ordem divina da criação. O que é o homem para que te lembres dele, diz o salmista ao iniciar seu louvor, ou o filho do homem para que te lembres dele? Os primeiros cristãos se apegaram a essa menção do filho do homem como uma indicação de que o salmo também tinha um sentido em que falava não apenas da humanidade em geral, mas de Jesus em particular.

A declaração de Deus de que Jesus era Seu filho, além disso, evocaria o Salmo 2, versículo 7. O Salmo 2 era originalmente um salmo real, uma celebração do favor divino desfrutado pelo rei davídico e do lugar deste rei no cosmos de Deus. No entanto, passou a ser lido como uma palavra profética a respeito do Messias, o rei davídico supremo. Como este filho, Jesus, foi prometido, receberia as nações como herança de Deus e as governaria com vara de ferro.

Na igreja primitiva, isso se tornou um oráculo que apontava para o retorno de Cristo para inaugurar seu reino. A linguagem com que o autor reconta a história da transfiguração, portanto, apresenta esse evento como uma experiência proléptica da volta de Jesus como o rei e juiz designado por Deus para o fim dos tempos. Talvez seja assim, e não por acaso, que Marcos também entendeu o evento.

Ao moldar os ditos de Jesus e as histórias sobre Jesus em sua narrativa, Marcos prefaciou o episódio da transfiguração com esta declaração de Jesus. Há alguns que estão aqui que não

provarão a morte antes de verem o reino de Deus vindo em glória. Marcos parece ter compreendido e guiado seu público a compreender que essa declaração se cumpriria na transfiguração, o próximo episódio que ele relata, e o único episódio na história de Jesus até aquele momento que ele conecta ao anterior com uma cronologia precisa.

Seis dias depois, Jesus tomou Pedro, Tiago e João e os conduziu a um alto monte. O autor de 2 Pedro entende a transfiguração exatamente da mesma maneira. Foi uma experiência visionária de Jesus em sua segunda vinda.

Foi uma experiência que, pelo menos para Pedro, Tiago e João, tornou a palavra profética mais segura para eles. O autor espera que a recordação deste testemunho apostólico possa fazer o mesmo por seus ouvintes. Assim, ele os exorta, contra as objeções e a desmistificação dos céticos, a se apegarem àquilo que a palavra profética anuncia como uma certeza futura.

Desta forma, a luz do amanhecer do Senhor iluminará seus passos através da penumbra desta vida presente, para que, quando o dia amanhecer em sua plenitude, eles sejam encontrados tendo caminhado bem. Confessamos que a morte e a ressurreição de Jesus ocorreram exatamente como Jesus predisse. A transfiguração nos dá a certeza adicional de que a história ainda se desenrolará como Jesus prometeu, que, como as grandes tradições da Igreja confessaram no Credo Niceno, ele virá novamente em glória para julgar os vivos e os mortos, e seu reino não terá fim.

Esta é uma convicção que não deve permanecer apenas em nossas cabeças ou ser expressa em nossos lábios, mas moldar toda a nossa vida, como nosso autor expressará no final desta carta, enquanto olha para a vinda cataclísmica de Cristo para inaugurar a nova criação. Uma vez que todas essas coisas estão destinadas à destruição, que tipo de pessoas vocês são obrigados a ser, aguardando e apressando a vinda do dia de Deus em conduta santa e piedade reverente? O autor oferece a revelação da glória e honra de Jesus na transfiguração, juntamente com a declaração de Deus de que Jesus era de fato filho de Deus, um título rico em ressonâncias com o Salmo 2, com sua expectativa de que o regente designado por Deus exerça julgamento sobre todas as nações, como evidência que torna a palavra profética mais segura. Isso o leva a uma breve digressão, afirmando a confiabilidade das palavras proféticas genuínas recebidas pela comunidade no passado, sem dúvida referindo-se principalmente às dos profetas hebreus que antecipam o dia do Senhor.

E assim, no capítulo 1, versículos 20 e 21, lemos, estejam certos disto, que nenhuma palavra profética nas Escrituras foi produzida por invenção própria, pois nenhuma palavra profética jamais foi transmitida pela vontade de um ser humano, mas homens, movidos pelo Espírito Santo, falaram da parte de Deus. Este texto tem sido frequentemente lido como uma advertência contra interpretações privadas de textos bíblicos, o que provavelmente é uma boa advertência por si só, mas não é provável que esse tenha sido o significado do autor. Em vez disso, ele está afirmando a compreensão e a expressão precisas do profeta sobre qualquer experiência extática, sonho, visão ou audição da voz divina que o profeta tenha recebido, de modo que a representação do profeta sobre seu significado seja precisa e confiável.

No mundo greco-romano, precisamos lembrar que as chamadas palavras proféticas eram transmitidas e registradas por escrito em circunstâncias obscuras. Podemos considerar o oráculo de Delfos, que, em um transe místico e possivelmente alucinógeno, proferia sons que seus sacerdotes anotavam da melhor forma que os entendiam, transmitindo os oráculos frequentemente ambíguos e, pode-se dizer, enganosos aos inquiridores para que os interpretassem como bem entendessem. Esse pode ser um exemplo extremo, mas fornece algum contexto para a afirmação de nosso autor de que não havia margem para erro ou mal-entendido na composição das palavras proféticas das escrituras.

O Espírito Santo conduziu os profetas a falar e escrever precisamente o que Deus pretendia que fosse registrado. Contudo, esse não é o caso com todos os profetas, e o autor lembra ao seu público que falsificações surgiram com frequência entre o povo da primeira aliança, assim como falsificações continuarão a atormentar o povo de Deus no cenário atual. Mas, de fato, houve falsos profetas entre o povo, assim como também haverá entre vocês falsos mestres que introduzirão opiniões destrutivas, negando até mesmo o senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição.

E muitos seguirão as suas práticas descaradamente indulgentes consigo mesmos, por causa das quais o caminho da verdade será caluniado, e cobiçosamente negociarão convosco com mensagens fabricadas, a respeito das quais a condenação de outrora não tarda e a sua destruição não dorme. Como se distinguem os profetas genuínos dos falsos? Como se sabe quem está falando em nome de Deus? O autor sugere que o caráter moral e a prática do indivíduo contribuem muito para responder à pergunta: o profeta está servindo aos desejos de Deus ou usando a sua influência para servir os seus próprios desejos, muitas vezes de formas muito materialistas e sensuais? Como sugerem o primeiro e o terceiro capítulos desta carta, a consonância com a tradição daqueles que a comunidade de fé recebeu como profetas genuínos, os profetas dos períodos do primeiro e segundo templo, cujos oráculos estão registrados nas Escrituras, e os apóstolos inspirados pelo Espírito que introduziram o público à fé, é outro critério principal. Tanto Paulo como o ancião responsável por escrever 1 João concordariam.

Embora nosso autor use o tempo futuro, fica claro, pela maneira como o restante da carta se desenrola, que esses falsos mestres já chegaram. O autor falará deles e de suas atividades no presente do indicativo, a partir do capítulo 2, versículo 10, até o final do capítulo, e falará de seu ataque à crença dos cristãos na segunda vinda de Cristo e no juízo final no capítulo 3, versículos 3 a 7. É também neste ponto da carta que começamos a ouvir ecos claros da carta de Judas, que continuam até o final do capítulo 2. Embora muitos dos tópicos sejam convencionais, a concentração desses tópicos e seu desenvolvimento paralelo ao longo de todo o capítulo sugerem fortemente que um autor conhece, valoriza e utilizou a obra do outro para abordar um problema semelhante, a saber, intrusos inovadores que buscam modificar o evangelho apostólico para seus próprios fins. O recurso não foi usado servilmente, mas sim adaptado intensamente para atender tanto a um público com uma herança cultural muito diferente quanto a uma mensagem rival com um foco significativamente diferente.

O consenso acadêmico é que Judas é o texto mais original e que o autor de 2 Pedro usou sua progressão de tópicos como base para se dirigir ao seu público, visto que o foco de Judas na certeza do julgamento divino era tão relevante para a situação de 2 Pedro e visto

que Judas havia elaborado uma denúncia retoricamente forte contra inovadores egoístas no evangelho. Dar atenção às modificações feitas por 2 Pedro ao conteúdo que encontramos em Judas, portanto, pode ajudar a sublinhar os interesses de 2 Pedro e o caráter do seu público. Aqui, em 2 Pedro 2, versículos 1 a 3, captamos ecos de vários tópicos de Judas versículo 4. A infiltração dos inovadores nas congregações e a introdução de ensinamentos destrutivos, a negação do senhorio de Cristo em algum sentido e o fato de que a condenação de tais pessoas foi anunciada há muito tempo, pelo menos no registro bíblico do julgamento de Deus sobre todas essas pessoas, se não sobre esses mestres específica e individualmente.

No caso de Judas, a negação do Senhor Jesus pelo intruso parece ter sido puramente uma questão de prática. Eles poderiam muito bem ter confessado que Jesus é Senhor com a boca, mas negaram isso na prática, deixando de fazer o que o Senhor ordenou. Aqui, o autor de 2 Pedro provavelmente tem em mente a negação do mestre rival do compromisso de Deus em julgar e, portanto, a convicção de que Cristo retornaria como Senhor e Juiz.

Isso, é claro, também teve consequências práticas. Livre da preocupação com recompensas e punições divinas, o caminho estava livre para aproveitar ao máximo a vida em benefício próprio, e isso termina agora. Nosso autor acrescenta uma preocupação adicional, a saber, o impacto dessa busca por prazer na reputação do grupo cristão.

Os cristãos eram geralmente considerados um grupo degradado de ateus, pois, de fato, negavam a existência da vasta maioria dos deuses, que não demonstravam mais a devida solidariedade cívica com seus semelhantes, seja em festivais públicos ou reuniões privadas, o que envolveria algum reconhecimento simbólico dos deuses que os cristãos rejeitavam. Os primeiros líderes cristãos tinham a intenção de garantir que qualquer reprovação que pudesse ser dirigida aos cristãos fosse por essas causas verdadeiramente virtuosas: seu compromisso com o único Deus que existe e com o reino vindouro de seu Senhor Jesus Cristo, e não por causas legítimas de comportamento imoral ou abertamente subversivo. O autor de Segunda Pedro, incidentalmente, reflete uma preocupação semelhante aqui.

O caminho da verdade certamente será caluniado, mas que não seja pelas práticas imorais ou autoindulgentes daqueles que se dizem cristãos. Podemos também encontrar algum reflexo dessa preocupação tanto na abertura da carta quanto na cuidadosa construção, pelo autor, de uma resposta à crítica do professor rival à crença cristã no julgamento divino no capítulo 3. Se a fé cristã sofre com o julgamento de algumas pessoas por ser paroquial ou provinciana, o autor demonstrará que ela está, antes, em consonância tanto com os ideais mais elevados da ética greco-romana quanto com as defesas filosóficas da crença no julgamento divino. As cláusulas finais do versículo 3 do capítulo 2 são particularmente interessantes, dada a ênfase que emergirá no capítulo 3 sobre o suposto atraso do julgamento divino, que Epicuro e aqueles de sua escola consideravam um sinal de que os deuses, de fato, não se preocupam com a injustiça humana.

O autor faz questão de afirmar duas vezes que o julgamento personificado desses mestres rivais não é nem preguiçoso nem cochila. Se Deus ainda não eliminou os mestres rivais, é com um único propósito: abrir espaço para que se arrependam, abracem todo o evangelho genuíno e vivam em consonância com a trajetória que começou com a purificação dos pecados passados pelo custoso sacrifício de Jesus, e que se move na direção da recriação

divina dos céus e da terra, onde somente a justiça terá um lar. O autor começa a refutar a afirmação do mestre rival de que Deus não intervém para julgar e punir, revisitando episódios da história sagrada que demonstram o contrário.

Ele considera a destruição do mundo antigo e de seus habitantes no dilúvio, e a conflagração de Sodoma, como exemplos históricos que comprovam a preocupação de Deus com a injustiça humana e Seu compromisso de intervir para pôr fim a ela. Esses exemplos, no entanto, também servem como precedentes históricos em apoio à convicção bíblica e apostólica judaica de que Deus intervirá novamente no futuro para julgar toda a injustiça e eliminá-la da nova criação de Deus. Isso está em consonância com o princípio geral da lógica articulado por Aristóteles em sua *Arte da Retórica* de que, via de regra, o futuro se assemelha ao passado, e que é pelo exame do passado que adivinhamos e julgamos o futuro.

Esses precedentes, portanto, tornam crível a confissão de que Cristo voltará, ou seja, voltará em glória para julgar os vivos e os mortos. E assim ouvimos no capítulo 2, versículos 4 a 10. Pois se Deus não poupou os anjos que pecaram, mas, entregando-os ao Tártaro em cadeias de escuridão, entregou-os para serem guardados para julgamento, e não poupou o mundo antigo, trazendo o dilúvio sobre o mundo dos ímpios, mas protegeu os oito que pertenciam a Noé, o pregador da justiça, e reduzindo as cidades de Sodoma e Gomorra a cinzas, condenou-as à ruína, estabelecendo-as como exemplo do que viria sobre os ímpios, mas resgatou a sorte justa que se entristeceu com a conduta desavergonhada dos iníquos.

Pois aquele justo, que habitava entre eles, atormentava dia após dia a sua alma justa com a visão e a notícia das suas obras iníquas. Então o Senhor sabe livrar da provação os piedosos e reservar os injustos para o dia do juízo, e muito mais ainda aqueles que seguem a carne em desejos impuros e desprezam a autoridade.

O autor invoca o exemplo dos anjos transgressores, agora mais intimamente ligado ao grande dilúvio, e o exemplo de Sodoma, também encontrado em Judas, versículos 5 a 7, omitindo a menção de Judas à geração do Êxodo. Ele introduz, no entanto, as contrapartidas positivas desses episódios de julgamento, a saber, a libertação de Noé e sua família do dilúvio e a libertação de Ló da cidade de Sodoma. Essa dupla ênfase atende ao objetivo do autor não apenas de minar os mestres rivais, mas também de promover o compromisso contínuo do público com a busca da justiça, o caminho que ele havia traçado no capítulo 1, versículos 3 a 11, que resulta na libertação do julgamento vindouro que ele discutirá no capítulo 3, versículos 1 a 15.

Os anjos rebeldes e o dilúvio estão intimamente ligados em Gênesis. Todo o episódio da história do dilúvio é prefaciado com a breve e instigante referência aos anjos que se acasalaram com mulheres humanas em Gênesis 6:1 a 4, uma conexão também nutrida na literatura judaica do Segundo Templo. No Apócrifo de Gênesis, um texto encontrado nas cavernas ao redor de Qumran, por exemplo, Lameque teme que seu filho Noé, de beleza anormal, possa não ser seu, mas sim o resultado de um dos anjos ter relações sexuais com a esposa de Lameque.

Em outros textos, diz-se que o dilúvio foi necessário particularmente pelos males que aqueles anjos introduziram e sobre os quais agiram os seres humanos. Era bastante natural,

portanto, para o nosso autor associar os observadores angélicos tanto ao dilúvio quanto a Noé como uma contrapartida positiva, testemunhando a proteção de Deus ao justo em meio ao julgamento do ímpio. É interessante que o nosso autor chame Noé de pregador da justiça.

Não há indicação na narrativa do Gênesis de que Noé tenha tentado testemunhar ou reformar seus vizinhos, mas as expansões da história do período do Segundo Templo o retratam dessa maneira. No primeiro oráculo dos irmãos, por exemplo, Deus comissiona Noé a proclamar o arrependimento a todos os povos para que todos sejam salvos. E Josefo, em sua paráfrase da história bíblica, diz que Noé ficou muito incomodado com o que eles fizeram e, descontente com a conduta deles, os incentivou a mudar suas disposições e atos para melhor.

Essa tradição pode combater tendências de se preocupar apenas com a libertação do grupo, lembrando-os de seu dever, como Noé, de testemunhar a justiça de Deus e convidar seus vizinhos à segurança diante do julgamento divino. Assim como Judas fez em relação aos intrusos que lhe preocupavam, o autor de Segunda Pedro agora se lança em uma vituperação total do caráter e das motivações dos mestres rivais. Presunçosos e arrogantes, eles não hesitam em caluniar seres gloriosos, ao passo que anjos maiores que eles em força e poder não suportam um julgamento blasfemo contra eles diante do Senhor.

Mas essas pessoas, como animais irracionais que agem por instinto e são concebidas apenas para serem capturadas e destruídas, caluniando coisas que desconhecem, também serão destruídas em sua corrupção, experimentando o mal como recompensa pela injustiça. Considerando o banquete durante o dia um prazer, manchas e defeitos se deleitando em suas artimanhas enquanto festejam junto com vocês, sempre à espreita de uma adúltera, nunca descansando do pecado, seduzindo almas instáveis, tendo corações bem exercitados na ganância, são filhos de uma maldição. Deixando para trás o caminho reto, eles se desviaram, seguindo o caminho de Balaão, filho de Bosor, que amou a recompensa da injustiça.

Mas ele sofreu repreensão por sua própria transgressão. Uma jumenta inarticulada, expressando-se com voz humana, impediu a loucura do profeta. Se de fato o autor de 2 Pedro está, como a maioria dos estudiosos acredita, usando Judas como recurso, é particularmente interessante notar que ele evita qualquer menção ao estranho episódio da disputa angelical sobre o cadáver de Moisés, assim como omite a recitação de 1 Enoque, versículo 9, como testemunho do julgamento divino.

Isso foi entendido como um sinal de sua própria falta de entusiasmo por tais obras extracanônicas ou, talvez mais provavelmente, da falta de familiaridade de seu público com tais obras e tradições. Se, como a maioria dos estudiosos acredita, o autor de 2 Pedro está se dirigindo a uma congregação em algum lugar na área onde as missões paulina e petrina se sobrepõem, eles estariam muito distantes de obras e tradições extracanônicas que tinham circulação na Palestina e, portanto, seria mais confuso do que vantajoso invocar essas tradições nesta carta. No entanto, o autor mantém a acusação de que os mestres rivais estão falando caluniosamente de seres espirituais que estão mais acima na escada da criação do que os humanos.

Em que sentido faziam isso permanece obscuro, mas a negação da autoridade de anjos ou demônios sobre a existência humana pareceria acompanhar a negação do envolvimento do próprio Deus nos assuntos humanos. Eles poderiam, de fato, ter afirmado sua liberdade falando com desprezo daqueles seres espirituais que seu público mais supersticioso havia sido ensinado a respeitar. Seria de se esperar que o público se lembrasse do episódio de Zacarias 3, versículos 1 a 6, em que Miguel responde a Satanás com "O Senhor te repreenda", como em Judas, mas não mais com a bagagem potencialmente confusa da história do cadáver de Moisés.

O autor mina as pretensões filosóficas dos professores rivais, afirmando que eles, na verdade, operam no nível de animais brutos e não de seres humanos esclarecidos. Isso transparece em sua indulgência com comida e bebida, em seu suposto desejo por encontros sexuais e na ganância ou ganância que motiva tudo o que fazem. Os ultra-ricos e a classe ociosa podiam se entregar a seus banquetes e bebedeiras a qualquer hora do dia e em dias e noites sucessivos, mas, em geral, essa indolência autoindulgente durante o dia era considerada degenerada.

Isaías já havia condenado tais pessoas, comprometidas como estavam com o prazer e não com a obra de Deus. O Testamento de Moisés, um produto do primeiro século d.C., também usa essa característica para caracterizar os ímpios. Pessoas enganosas, que agradam apenas a si mesmas, falsas em todos os sentidos imagináveis, que amam festas a qualquer hora do dia, devorando com gula.

O verso que eu havia reproduzido com bastante liberdade como "sempre à espreita de uma adúltera" era, de forma mais transparente, "tendo um olho cheio de adúltera". Essa expressão obscura parece pressupor algum conhecimento do fato de que as pupilas dos olhos eram chamadas em grego de korei, ou donzelas. Plutarco, escrevendo no final do primeiro ou início do segundo século, recita o que parece ter sido um provérbio contemporâneo falando do homem lascivo que tem pornei, prostitutas, em vez de korei, donzelas, em seus olhos.

Quem não fizer essa conexão ainda entenderá. Esses mestres estão à espreita. Deixando de lado as referências de Judas a Caim e Corá, nosso autor se concentra na história de Balaão, e o faz em relação ao episódio mais conhecido do encontro de Balaão com o anjo do Senhor enviado para matá-lo antes que ele pudesse cumprir sua tarefa de amaldiçoar o povo de Deus.

Este episódio encontra-se em Números 22, versículos 15 a 35. Para crédito de Balaão, ele não quis ir até Balaque, rei de Moabe, quando convocado por este. Mesmo quando finalmente cedeu, disse aos mensageiros que só poderia falar as palavras que Deus colocasse em sua boca, fossem elas para bênção ou maldição.

No caminho para Moabe, porém, o anjo do Senhor se interpôs três vezes no caminho de Balaão para matá-lo. Em cada uma delas, a jumenta que Balaão montava se desviou do caminho ou simplesmente se deitou na estrada. Ao ser atingida novamente por Balaão, a jumenta falou e chamou sua atenção para o temível anjo à sua frente, e os olhos de Balaão finalmente se abriram para o perigo do qual a jumenta o havia salvado.

De maneira semelhante, o autor sugere que esses mestres rivais, embora afirmem ter conhecimento genuíno sobre as coisas divinas, são cegos aos perigos que os aguardam no caminho, ao iminente julgamento de Deus que eles próprios negam. O autor prossegue sua denúncia desses mestres rivais, afirmando o perigo que representam para os incautos, mas também o perigo que representam para si mesmos. Ter conhecido a redenção e a nova vida que Cristo nos proporcionou, e então voltar atrás para abraçar facetas daquela vida da qual ele nos redimiu a tal custo para si mesmo, nos deixa em um estado pior do que aqueles que nunca experimentaram os benefícios de Cristo.

Essas pessoas são fontes áridas e névoas impelidas por vendavais, para as quais está reservada a escuridão das trevas. Pois, falando coisas vãs e arrogantes, seduzem com desejos carnis desavergonhados aqueles que, na verdade, estão fugindo daqueles que se conduzem no erro. Prometendo-lhes liberdade, são eles próprios escravos da corrupção.

Pois, por aquilo que alguém venceu, a isso se tornou escravo. Pois se, fugindo das corrupções do mundo pelo conhecimento do Senhor e Salvador Jesus Cristo, são novamente vencidos, sendo enredados nessas coisas, o seu último estado tornou-se pior do que o primeiro. Pois melhor lhes fora não conhecer o caminho da justiça do que, tendo-o conhecido, desviar-se novamente do santo mandamento que lhes foi transmitido.

Aquilo que foi articulado no verdadeiro provérbio lhes sobreveio, como um cão que retorna ao seu próprio vômito e um porco que foi limpo para chafurdar na lama. Mais uma vez, ouvimos fortes ressonâncias com a carta de Judas, por exemplo, na afirmação de que os mestres rivais não têm nada substancial a oferecer como fontes secas. Nosso autor, no entanto, apresenta o perigo que as pessoas enfrentam quando, após conhecerem o favor de Deus, o recusam, e a santidade para a qual Deus nos chama em favor de práticas egoístas.

Tal ênfase era antecipada no parágrafo inicial, onde o fracasso em avançar na nova vida de virtude e santidade equivale a esquecer nossa purificação dos pecados passados. No capítulo 2, versículo 19, o autor chega a um ponto crítico, traçando um contraste entre a liberdade que os mestres rivais, seguindo os passos de Epicuro, prometiam aos seus ouvintes e a escravidão muito mais vergonhosa sob a qual esses mestres trabalham, escravidão aos seus desejos e paixões. Ele aborda aqui um tópico filosófico bem conhecido, a saber, o que constitui a liberdade genuína e o que constitui a escravidão genuína.

Pensemos, por exemplo, no tratado de Fílon de Alexandria, segundo o qual todo homem bom é livre, ou nas orações 14 e 15 de Diócritio sobre liberdade e escravidão. Em ambas, lemos que a liberdade genuína não permite fazer o que se deseja, assim como a escravidão genuína não é uma questão de status social. Em vez disso, a liberdade genuína é a capacidade de não ser impelido em uma ou outra direção pelas próprias emoções, desejos ou sensações físicas.

É a liberdade de não ser coagido a praticar qualquer ato vil ou vicioso por qualquer impulso. A escravidão genuína, em contraste, é o oposto: ser impelido pelos próprios desejos inferiores a comportamentos vergonhosos, contrários aos ideais universalmente valorizados de justiça, coragem, sabedoria e temperança. Os mestres rivais perverteram as boas novas de Cristo de tal forma que lhes abrem espaço para continuarem a servir às paixões da sua carne, para usar uma frase de Paulo.

Ao fazê-lo, eles perderam a genuína liberdade que o evangelho pretendia trazer aos seres humanos. Qualquer um que se deixe persuadir por esses mestres rivais, é claro, corre o mesmo risco. E o risco não é pequeno.

Não se trata de um retorno à estaca zero, segundo o autor, pois desprezar as graciosas provisões divinas de vida e piedade, um tópico com o qual nosso autor iniciou sua carta, é uma ofensa muito pior do que ter permanecido ignorante e nunca ter experimentado as mesmas, pois implica um julgamento de valor intencional, como diria a geração do Êxodo: é melhor desfrutar das provisões das panelas de carne no Egito do que continuar a jornada com Deus em direção à terra prometida. É neste ponto de sua carta que Judas introduziu a citação de 1 Enoque 1.9, a respeito da vinda de Deus em julgamento com dezenas de milhares de seus santos.

Nosso autor elimina essa referência em favor de material mais central para a tradição judaica e cristã. A primeira, sua última condição, tornou-se pior do que a primeira, lembra um ditado de Jesus conhecido em Mateus 12, versículos 43 a 45. Quando o espírito imundo sai de uma pessoa, vagueia por regiões áridas em busca de um lugar de repouso, mas não encontra.

Então ele diz: Voltarei para a minha casa de onde saí. Quando chega, encontra-a vazia, varrida e em ordem. Então, vai e traz consigo outros sete espíritos piores do que ele, e entram e vivem ali.

E o último estado dessa pessoa é pior do que o primeiro. Assim será também com esta geração perversa. O autor de 2 Pedro parece ter interpretado esta parábola em consonância com a pessoa que havia sido libertada por Cristo num sentido salvífico e ético, mas depois permitiu que sua antiga vida a dominasse novamente, assim como fizeram os mestres rivais.

O segundo recurso é uma máxima que vem mais diretamente de Provérbios, onde o tolo que retorna às suas práticas autodestrutivas é comparado ao cão que retorna para reingerir seu próprio vômito, isto é, aquilo que antes já havia se mostrado prejudicial. A isso se acrescenta outra máxima, facilmente derivada da pecuária, que ensina que não há muito sentido em dar banho em um porco. Receber o favor de Deus, entrar na vida, realmente trilhar o caminho de evacuação que Deus tornou disponível por meio da morte de Jesus e do derramamento do Espírito Santo, carrega consigo e nos impõe a obrigação de viver agora de modo a demonstrar que conhecemos e honramos o valor do que nos foi dado.

Para o nosso autor, isso significa viver consistentemente ao longo da trajetória que a nossa purificação dos pecados passados, em busca da justiça que encontrará um lar no reino do Filho amado de Deus, nos estabeleceu. Deixar de fazê-lo, afastar-se deste caminho reto, deveria ser impensável para aqueles que provaram e viram que o Senhor é bom e que a vida que Ele dá é boa.